



REQUERIMENTO Nº 002 DE 2015 - CTBHSF

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a transposição do Rio São Francisco e seu impacto sobre a vida da população do Semiárido nordestino, em especial do Estado do Rio Grande do Norte, a ser realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Exmo. Sr. Ministro de Estado da Integração Nacional, Gilberto Magalhães Occhi
2. Exmo. Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Norte, Robinson Faria
3. Presidente da CODEVASF, Sr. Felipe Mendes de Oliveira
4. Exmo. Rev.^{mo} Arcebispo de Natal, Dom Jaime Vieira Rocha
5. Exmo. Rev.^{mo} Bispo Diocesano de Caicó, Dom Antônio Carlos Cruz Santos
6. Secretário de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do RN, Sr. José Mairton Figueiredo de França
7. Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte
8. Central Única dos Trabalhadores – CUT
9. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB
10. Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte – FETARN
11. Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF

Recebi na COCETI em 17/03/15 16:05

Donaldo Portela
Donaldo Portela Rodrigues
Matrícula 226339

12. Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte – FIERN
13. Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte – FECOMERCIO/RN
14. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial RN – SENAI/RN
15. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural RN – SENAR/RN
16. Associação Norte-Rio-Grandense dos Criadores – ANORC

Oportunamente, novos nomes serão indicados a esta Presidência.

JUSTIFICAÇÃO

A Transposição do Rio São Francisco é um projeto que contabiliza mais de 150 anos. Ainda no Brasil Império, intelectuais consideravam que a única solução para as constantes e graves estiagens por que passava o Semiárido brasileiro seria a construção de adutoras que permitissem que regiões atingidas pela seca recebessem água constantemente. No século XX, entretanto, o projeto ainda não havia saído do papel, apesar do interesse dos governos de Getúlio Vargas, João Batista Figueiredo e Itamar Franco em solucionarem a questão. Já no século XXI, o governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou estudos para a retomada do projeto. Ainda assim, estes estudos permaneceram apenas no papel, sem efetividade de suas propostas.

Alia-se a isso a falta de planejamento em obras hídricas e de saneamento. Até meados dos anos 2000, havia inclusive implicações contratuais aderidas pelo Brasil que reduziam significativamente os investimentos em saneamento, como por exemplo os critérios adotados pelo Fundo Monetário Internacional para consideração de receitas e despesas nos anos 1990 e 2000.

Foi em 2007, por iniciativa do ex-presidente Lula, que a obra foi iniciada. Em um projeto monumental, fundamental para o desenvolvimento e integração do Nordeste brasileiro, a obra divide-se em Eixo Norte, atendendo aos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba; e Eixo Leste, estendendo-se pelas regiões não atendidas pelo Eixo Norte nos estados da Paraíba e de

Pernambuco. Estima-se que 12 milhões de pessoas serão atendidas pelo projeto, em que menos de 2% da vazão de água do rio São Francisco serão transpostos, uma obra de potencial gigantesco, e que está revestida de critérios de sustentabilidade, para garantir a longevidade do Velho Chico.

Atualmente, a obra segue em execução, com previsão de entrega de aproximadamente 40 km nos próximos dois meses. São mais de 150 anos de espera, que em breve chegarão ao fim. Entretanto, o povo do Nordeste já esperou muito, e qualquer dia a mais de duração da obra é significativo. Neste espírito propõe-se essa Audiência Pública: como uma assembleia de mobilização, de caráter regional, que seja capaz de colher as colaborações de cada um dos entes impactados pela transposição do rio São Francisco.

A grandeza desta obra é tal que os reservatórios de água da região Nordeste correm o risco de perder seu papel caso a transposição não seja concluída. Em caso de seca como a enfrentada pela região agora, que já dura quatro anos, os reservatórios entram em volume crítico. No Rio Grande do Norte, por exemplo, os reservatórios da bacia Piranhas-Açu apresentam volume próximo dos 20% em todos eles, volume considerado crítico, o que pode comprometer o abastecimento de água muito em breve. A transposição do rio São Francisco, ao prever que as comportas do sistema podem ser abertas quando necessário para o abastecimento dos reservatórios da região, é fundamental para trazer segurança hídrica para a população dos estados do Nordeste, em especial do Semiárido.

Ainda que não traga solução para as secas, que ocorrem devido a fatores climáticos, a transposição permitiria aos nordestinos minimamente sobreviver a elas. Os meteorologistas estivam que, caso se agravem os efeitos do fenômeno El Niño, o próximo ano será igualmente de graves secas no Semiárido. Daí a importância de se buscar a pronta finalização das obras de transposição.

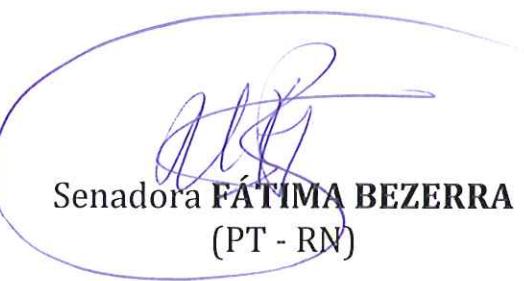
Dado o caráter estruturante que tem a obra para o Semiárido do Nordeste, é fundamental que se discuta com profundidade seus impactos em cada um dos estados daquela região. Inicialmente, o projeto da transposição não previa a sustentabilidade do rio São Francisco, principal fonte de água da região e esperança de construção de dias melhores para muitos. Com as alterações executadas no projeto original, além de se garantir o abastecimento futuro das águas do rio,

pretende-se que um número maior de pessoas possa ser beneficiado por este grandioso projeto.

Ressalte-se, por fim, que a conclusão da transposição do rio São Francisco em todos os seus eixos representaria um fato histórico: pela primeira vez, o povo do sertão não vai precisar contar quantos dias já se passaram desde a última chuva ou contar quantos copos d'água seriam utilizados pela família durante aquela semana. Assim como saímos recentemente do mapa da fome, pelas ações de segurança alimentar, a transposição é capaz de retirar o Nordeste do mapa da seca.

Daí a importância desta audiência pública, a ser realizada com a participação de diversos setores da sociedade potiguar, permitindo que se discuta de maneira propositiva os caminhos para fazer avançar o projeto de desenvolvimento do Nordeste brasileiro. É necessário dar visibilidade ao tema, e acompanhar a obra para que esta não sofra novos atrasos. É o que pretendemos com esta audiência. Neste sentido, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte já constituiu Comissão Parlamentar para tratar da questão da duradoura seca. Com os debates que vêm sendo realizados naquela Casa Legislativa, é importante que somemos esforços para buscar soluções à situação o mais rapidamente possível.

Sala da Comissão, 13 de agosto de 2015.



Senadora FÁTIMA BEZERRA
(PT - RN)